Marquês de Pombal – uma rotunda, uma praça, um lugar de memória(s)

Gabriela Carvalho

A cidade

A cidade deve ser entendida como uma estrutura permanente e significativa, muito embora evolutiva. A arte e o património cultural que a constituem, construído ou não, fazem parte da vivência quotidiana e da memória como referenciais da identidade colectiva. Por isso, existem locais na cidade onde o passado e o presente confluem, construindo alguns sinais do tempo tão integrantes do nosso dia a dia que, sem dar por eles, são porém significativos na sua existência, constituem-se como marcos nos percursos dos dias, envolventes de objectos patrimoniais que já não são vistos mas sentidos como presenças constantes, âncoras de deambulações fortuitas na cidade.

As abordagens a este património permanente e marcante podem ser múltiplas; novas leituras, à luz de novos saberes ou de novas perspectivas de um futuro urbanístico que se quer cada vez melhor e mais prático, têm sido feitas com temáticas e enfoques variados, que permitem discussões e previsões da cidade como local feliz de vivência. As cidades alicerçam, no entanto, essa felicidade em eventos importantes, efemérides, curiosidades, construções desaparecidas, momentos históricos ou apenas quotidianos e ocasionais.

A fruição dos espaços urbanos deve funcionar como um exercício natural e fascinante de entender a cidade. O nível de profundidade deste exercício assenta na qualidade da imagem urbana e na forma como a experiência é vivida.

O projecto

A Praça Marquês de Pombal confina-se, muitas das vezes, no nosso inconsciente de urbe, ao nome e à ideia de rotunda, centro/entrada/saída da cidade, sem verdadeira consciência de um passado ou de um património único, pela beleza e pelo significado do objecto patrimonial que se ergue no seu centro. Entender a ideia da constru-

Retrato do Marquês de Pombal, brinde da Companhia Fabril Singer. Biblioteca Nacional de Lisboa

ção da Rotunda é afinal, percorrer um tempo mais ou menos longo da evolução da cidade e dos desígnios urbanísticos da sua expansão para norte.

A Regeneração, como movimento oitocentista de reformulação política e cultural, conduziu, naturalmente, a uma nova vontade de programar a capital como uma Lisboa contemporânea, resultado de uma planificação urbanística global, uma vez definidas as suas zonas de expansão e, sobretudo, a liberdade de se desenvolver para norte. O passeio público pombalino setecentista chocava, seguramente, com as ideias do segundo quartel do século XIX.

A 3 de Junho de 1859, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, o então Presidente do Município, lançou, em sessão de Câmara, a ideia de construir uma alameda que, do fundo do Passeio Público, se abrisse para norte até S. Sebastião da Pedreira e ao Campo Pequeno.

Aprovada a proposta, esta é enviada à Comissão Técnica. Quatro anos mais tarde procedia-se a uma vistoria do local, com a presença do presidente e de alguns vereadores e engenheiros. Entre estes encontrava-se Pedro José Pezarat a quem se deve a primeira ideia de *boulevard,* influenciada pelo modelo de Paris reestruturado.

Contudo, apesar do reconhecimento da necessidade desta cidade moderna e pensada e da vontade política de a concretizar, somente vinte anos mais tarde se iniciariam as demolições para a construção da Avenida. Um processo longo, recheado de projectos, expropriações, demolições, transformações e criações.

Ressano Garcia, um jovem engenheiro de vinte e sete anos, de formação parisiense, sucederia a Pézarat à frente do projecto, em 1870. Apesar dos vários esboços elaborados por outras equipas, será o seu projecto a merecer a aprovação.

A discussão entre o jovem engenheiro e Miguel Pais continuaria, defendendo o primeiro a abertura de uma avenida terminando numa rotunda, com vários acessos, e o segundo, o prolongamento da avenida até à Penitenciária e à estrada da circunvalação – a actual Marquês da Fronteira. Era neste local que Miguel Pais defendia a proposta de construção de um monumento ao Marquês de Pombal.

Assim, apesar dos protestos e dos abaixo-assinados, prevaleceu a ideia da construção consenso quanto à construção de uma cidade moderna, capaz de satisfazer o aumento demográfico dos últimos anos, deixando para trás o romantismo e o Passeio Público, e virando as costas ao rio, para qual vivera toda a vida. A avenida torna-se a primeira concretização do plano geral pensado, um dia, por Ressano Garcia.

O seu início pontua-se por um monumento-obelisco em homenagem à Restauração de 1640, numa praça rectangular. Para o seu término é, desde logo, imaginada uma sumptuosa e enorme rotunda (já incluída no plano de 1877), donde

irradiariam as futuras artérias em direcção às portas de Lisboa.

Este espaço, de dimensões únicas e excessivas para a época, encontra-se esboçado nos primeiros desenhos. Em 1879 o projecto, então apresentado em sessão de Câmara, explicitava que a avenida, prolongando o antigo Passeio Público em toda a sua largura, deveria terminar numa praça circular de 200 metros de largura, donde irradiam quatro ruas de 30 metros de largura.[1]

Ficou desde logo definida a enorme importância desta via como eixo de penetração e de distribuição na própria Rotunda. Para além disso – dada a expansão demográfica significativa a partir da segunda metade do século – constituía-se, ainda, como um incentivo ao aparecimento de novos bairros.

Três anos mais tarde, aberta a avenida, enquadravam-se, em projecto, a rotunda, as avenidas a ocidente e a oriente, o parque a norte e até a proposta de construção de um palácio de Justiça que se levantaria no local onde o lago do parque foi construído. Ter-se-ia que esperar até 1899 para que o arranjo urbanístico e a edificação formal da praça estivessem concluídos.

Início dos trabalhos de construção do Monumento ao Marquês de Pombal, 12 de Agosto de 1917, de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

A estátua do Marquês

A ideia de se erguer um monumento a Sebastião José de Carvalho e Melo surgira no início do terceiro quartel de oitocentos; porém, apenas em 1882 ela tomou forma pública e concreta, quando o Parlamento autorizou o Estado a fornecer o bronze necessário para a sua realização. Rodrigues Sampaio presidiria à comissão, então constituída, para angariação de fundos através de subscrição nacional. Sem êxito, esta comissão daria lugar a outra que, em 1905, presidida pelo conselheiro Veiga Beirão iniciaria, na realidade, a subscrição pública. A partir de 1906 a agitação política, o fim anunciado da monarquia e a emergência de novos interesses e preocupações, levariam também esta comissão ao fracasso.

Uma vez proclamada e instalada a República, a vontade de dar prossecução a um projecto, quase meio século adiado, começou novamente a ganhar forma e, em 1913, é finalmente lançado o concurso público para a idealização do monumento de homenagem ao Marquês, apesar de algumas vozes o quererem substituir por um monumento à República, que consideravam mais consentâneo com os tempos que então se viviam.

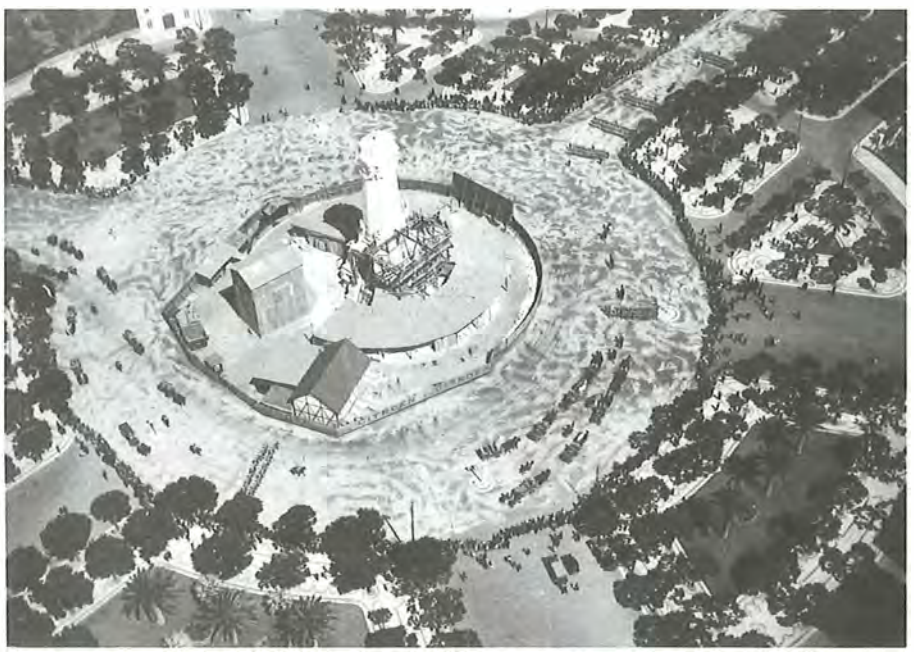
Dos catorze projectos apresentados em 1914, só quatro foram aprovados e apenas um deles teve a preferência do júri, presidido pelo professor e director da Escola de Belas Artes, o arquitecto Luís Monteiro: o escultor Francisco Santos fizera equipa com Adães Bermudes e António Couto para a concepção de um monumento único e grandioso ao insigne estadista.

A primeira pedra, colocada em 1917, contou com a presença do Presidente da República, Bernardino Machado e outras identidades ofici-

ais. Mas as faltas de verbas iam condicionando o andamento das obras. Em 1926, aquando da nova visita ao local, o mesmo Bernardino Machado, entretanto reeleito, acompanhado por D. Tomaz de Vilhena, descendente do Marquês, discursou no sentido de relançar os trabalhos e inaugurar uma obra que estava ainda longe de ser terminada. Os trabalhos tinham recomeçado, impulsionados pela grande ajuda financeira proporcionada pelo rendimento dos selos emitidos em Dezembro do ano anterior. Em 1930 a praça tomara já a sua feição estrelada e a 13 de Maio, data do aniversário do Marquês o então Presidente da República, general Óscar Carmona, visitou oficialmente as obras, já em fase importante de acabamento.

A estátua foi definitivamente assente no seu pedestal em 1933 e no ano seguinte, em Maio, seria oficialmente inaugurada pelo Ministro das Obras Públicas, engenheiro Duarte Pacheco, acompanhado pelo Presidente da Câmara e outras entidades oficiais. Estava assim concluída, uma ideia com quase oitenta anos e um projecto com quarenta.

Este monumento – homenagem da cidade a uma personagem de importância histórica indiscutível – é constituído por uma série de grupos escultóricos que ilustram momentos decisivos no percurso da política, da economia, da cultura e da indústria do país.



Fotografia aérea da Praça do Marquês de Pombal com o pedestal a ser construído, ca. de 1934. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Virado a sul, numa quase intenção de vigia da obra feita, o monumento tem trinta e seis metros de altura e a figura de bronze do Marquês quase dez metros. A sua figura de corpo inteiro apoia o braço no dorso de um leão, símbolo ancestral da serenidade e da força. Obedecendo ao projecto inicial, a estátua foi concluído por Simões de Almeida. Francisco Santos não chegou a viver o suficiente para poder contemplar a sua obra. A cabeça da estátua, ainda em molde de barro, com um metro e oitenta de altura, ruíra no atelier do artista no próprio dia da sua morte.

Visita às obras do Monumento ao Marquês de Pombal, 12 de Agosto de 1917, de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

O fuste do monumento é de grande superfície. Quadrado, exibe nas suas quatro faces a descrição das reformas e da actividade do primeiro-ministro de D. José I. Mas na face sul, é a cidade e a pátria agradecidas que homenageiam este grande estadista. O capitel ostenta, nesta face, o medalhão de Machado de Castro, e, nas outras três faces, medalhões dos seus grandes colaboradores: a oeste D. Luís da Cunha, Eugénio dos Santos e Manuel da Maia; a este Luís

Estátua Marquês de Pombal.
Fotografia de Gabriela Carvalho

Pormenores da base da estátua.
Fotografia de Gabriela Carvalho

Verney, Serra da Silva e conde de Lippe e a norte, Ribeiro Sanches.

Envolvendo este fuste, conjuntos escultóricos de representação alegórica, de Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida, enriquecem o entendimento das reformas e do progresso do país realizado por Pombal. Discípulos de Francisco Santos souberam dar continuidade e concretizar a obra do Mestre.

Na base do monumento, do lado da cidade antiga, recebendo a nova avenida, encontra-se a proa de uma nau que simboliza a libertação da marinha mercante. O corpo de mulher, nua e com um lenço esvoaçando na brisa, é Lisboa reconstruída. É das mais belas estátuas de mulher que a cidade exibe. E contrasta com as duas esculturas que lhe estão por baixo, de Plutão e Poseidon, símbolos do cataclismo que assolou a cidade em 1755.

Os dois grupos que ladeiam o pedestal são conjuntos interessantes que representam, do lado poente, a indústria e as pescas – um cavalo arrasta as redes, um operário assopra o vidro. Do lado nascente, a agricultura é representada pelo trabalho da lavoura e uma junta de bois. Uma bela mulher transportando uma cesta de uvas merece o destaque pela beleza e elegância da forma. Virada a norte, Minerva, sentada diante do pórtico da Universidade de Coimbra é uma alegoria concreta da reforma dos Estudos Universitários.

Repartido entre a pedra e o bronze, a obra é conjunto escultórico de rara beleza que relata, de uma maneira directa, a importância do papel do

Marquês na História e na vida quotidiana da gente lusa. Colunas de pedra com candeeiros de braço e um empedrado de calçada portuguesa com a heráldica da cidade completam o conjunto monumental e central da praça.

A praça, um local de memória(s)

Os tempos modernos vieram trazer à praça a correria do quotidiano, o trânsito excessivo e um olhar breve e desatento que deixa nas gavetas da memória o que foi, o que houve e mesmo o que é hoje. O esforço para recordar como era, fracassa perante o hábito do olhar de hoje. E, contudo, houve um tempo em que o local, limite da cidade, foi palco de eventos e efemérides que o animaram durante um momento, para depois voltar a ser objecto de projectos e mudanças na cidade.

A construção da Avenida da Liberdade deslocou o centro de festas da Baixa e do Chiado de oitocentos para norte, e passou a ser o ponto obrigatório de todas as festas nacionais ou camarárias. Se estes acontecimentos se localizaram, num primeiro momento, nos Restauradores, foram a pouco e pouco subindo a nova avenida e instalaram-se, nos últimos anos do século, na praça que tardava em ser arranjada.

Em 1898 festejava-se o 4.º centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia e para isso organizou-se um parque de atracções e uma Feira Franca. Ocupava-se todo o último quarteirão à entrada do Parque da Liberdade e, claro, a Rotunda também.

Parece, a fazer fé nas descrições da época, que terá sido uma feira de grande esplendor não só pelo conjunto de construções como também pela vista estupenda que se obtinha do alto da Avenida.

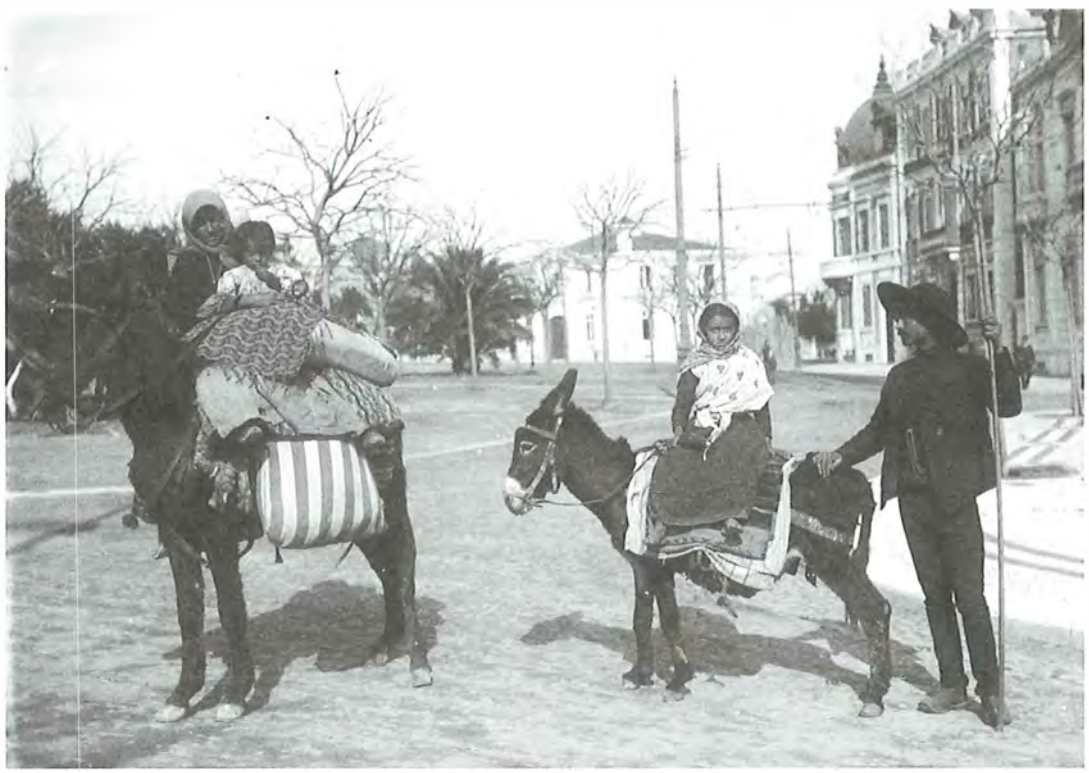
As feiras francas tinham certos privilégios, nomeadamente o de não pagarem o aluguer do terreno – o terrado – ocupado por barracas e tendas. Mas, nesse ano, mais importante ainda que essa isenção, era a festa e as suas grandes atracções um elefante feito de pasta de papel e de madeira, descomunal, com sete metros de altura, financiado por Mimon Anahory e onde, no interior, foi levantado um palco para espectáculos; um coreto em forma de esfera armilar, armado no meio da praça, no preciso local onde hoje se ergue o Marquês, atraía, também, as atenções pela sua forma artística e tão nacionalmente histórica; seis séries de pavilhões com teatros, restaurantes e algumas lojas de turistas completavam o conjunto.

A policromia decorativa dos pavilhões, cada um pintado de cor diferente, os pendões esvoaçando ao vento, vinham animar um espaço que, já desenhado em forma de praça, se apresentava despido de edifícios, com as avenidas rasgadas a fazer prever o prolongamento da cidade para norte, na década seguinte.

Na verdade, apenas dois edifícios, ambos palacetes, pontuavam a praça: um na esquina da futura Rua Braamcamp e outro, o Palacete dos condes de Sabrosa, na esquina da Fontes Pereira de Melo, com uma fachada de jardins. Foi ocupado, em 1919, pelo primeiro Hospital das Forças Republicanas. Comprado pela Companhia de Gás e Electricidade, em 1938, foi demolido juntamente com os barracões que tornejavam para Rua Duque de Loulé, dando lugar a um novo edifício.

O norte da praça era ocupado pelo então Parque da Liberdade, «(...) terreno de mau cultivo, ou nenhum (...) Estes tratos de terreno há muito que se haviam desmembrado dos seus possuidores setecentistas».[2] Mesmo assim, a municipalização destes terrenos, por forma a desenhar e fazer aparecer um parque, levou a Câmara a manter negociações com alguns proprietários até aos anos trinta. Datam, porém, de 1888 os primeiros esforços para o ajardinar do parque com o lançamento de um concurso público.

As primeiras duas décadas do século XX fruem desta praça e da sua envolvente, de uma forma popular e política activa.



Ciganos na Rotunda, Março de 1910 (?), de Joshua Benoliel. Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, talvez porque a Rotunda permitia a confluência de chegada dos vários pontos da cidade e porque constituía, também, uma das suas portas, a vida política e revolucionária desta época tem aí um lugar privilegiado.

As barricadas do 5 de Outubro de 1910 e as comemorações do primeiro ano da República, no ano seguinte, com a Grande Parada Militar têm lugar nesta rotunda: um espaço livre à espera que se concretize um projecto sempre adiado é, afinal, um bom cenário, primeiro para uma batalha em campo aberto e, depois, para palanques e quiosques improvisados que oferecem um lugar confortável a quem assiste. Ou muito simplesmente para um povo apinhado na mira de uma última homenagem a Miguel Bombarda e Cândido dos Reis aquando da chegada dos seus funerais à cidade.

Em contraste, do lado a norte, tinha lugar a Feira de Agosto. Dois teatros – o Maria Vitória e o Júlia Mendes – faziam aqui acorrer os alfacinhas que, durante os seus passeios, se empanturravam de farturas na barraca da Maria Botas, mantendo a tradição das feiras de Belém e de Alcântara.

O espaço do actual Parque Eduardo VII era, assim, uma terra de ninguém pontuada, até 1916, por um único edifício ao longe, no meio do arvoredo, a Torrinha que viria a dar o nome à Estrada da Torrinha. Datava esta quinta, com uma vivenda octogonal, de 1764. O terramoto expulsara muita gente do centro e estes terrenos do Vale do Pereiro apesar de inóspitos e de mau cultivo foram divididos por vários proprietários rurais depois da extinção das ordens religiosas em 1834. O projecto de Ressano Garcia levou, porém, a que a Câmara começasse a adquirir

aqui lotes desde o último quartel do século XIX, para a instalação do Parque da Liberdade. Em 1903, a visita do rei Eduardo VII de Inglaterra mudar-lhe-ia o nome definitivamente.

No entanto, só na década de trinta o esforço do Arquitecto Quirino da Fonseca daria ao local uma feição de parque com alamedas e uma tentativa de jardinagem. Cinquenta anos depois de ter sido concebido, o parque continuava com cerca de dois terços da sua área (quarenta hectares) ainda por ajardinar. Será o arquitecto Keil do Amaral que, numa intervenção dos anos quarenta, desenhará os contornos que hoje apresenta.

A pouco e pouco as construções, as estufas e os pequenos lagos enchem o parque e as feiras francas ou a Feira de Agosto cedem lugar a um parque quase aristocrático com os seus cisnes brancos e elegantes (oferecidos pela Vintners Company à Câmara de Lisboa), deslizando nos lagos exteriores.[3]

A Estufa Fria torna-se um jardim exótico e o Pavilhão de Festas e de Exposições, concebido para Exposição do Rio de Janeiro em 1921, volta a Portugal e vem morar numa das alamedas do Parque. As Festas, as Paradas e as Exposições continuam a subir a Avenida. Já não param na Rotunda, atravessam-na e vão estacionar no interior do parque e neste belo espécime da arquitectura revivalista portuguesa. Inaugurado em 1932 coincidiu com a abertura da Grande Exposição Industrial Portuguesa.

Saindo da Praça do Marquês, as avenidas rasgam-se pontuadas de edifícios altos que substituem calmamente os outros, oitocentistas, que apesar de teimarem, irão desaparecer ao longo do século XX. E se algumas das fotografias da época nos mostram famílias de ciganos aqui acampados, ou lavradores de enxada tentando que este terreno desse alguma coisa de cultivo, os anos cinquenta marcam uma evolução natural, deixando a praça afirmar-se como uma rotunda de engrandecimento e de entrada na cidade. É esta ideia que se vai insinuando no inconsciente colectivo da população.

Quase como que numa inversão do processo, a Rotunda, concebida de modo a permitir o desenvolvimento da cidade para norte, torna-se agora na Praça de entrada. Nas avenidas novas os bairros residenciais crescem em altura, impelindo os cidadãos a entrarem na cidade antiga através da Rotunda. Esta função enraíza-se de tal forma que, em 2000, se prepara um túnel por debaixo do Marquês aliviando-lhe a circulação e permitindo uma maior fluidez no acesso ao centro da cidade. Tudo isto apesar das campanhas de sensibilização para a utilização dos transportes públicos e das restrições do acesso automóvel ao centro.

Por outro lado o turismo reafirmou-lhe a centralidade. Daqui começaram a partir e a chegar os autocarros cheios de turistas, mostrando a cidade e os arredores. Os ciganos permanecem, procurando agora, numa pausa forçada na correria dos dias, oferecer um destino de surpresas boas em troca de uma moeda. Postais, leques e artesanato vendem-se na rua, nas costas do Marquês.

É por esta Praça que, numa madrugada de Abril, chegam a Lisboa e passam os blindados saídos de Santarém com rumo ao centro e à restituição da Liberdade.

A confusão e a transformação das ideias políticas e sociais, a liberdade conquistada fazem, nos primeiros anos da revolução, um uso diferente da praça. Já não são as comemorações históricas, os convidados, ou os coretos, mas as concentrações, as manifestações reunidas junto à Praça de Pombal prontas, debaixo do olhar atento do Marquês, a rumar ao Centro da cidade, num protesto ou numa exigência. Perdidos no tempo ficam os corsos do Carnaval, ou as batalhas de flores, debaixo do olhar da rainha Maria Pia ou da rainha D. Amélia.

Na parte norte da Praça, no antigo local da Feira de Agosto e das feiras francas, há agora um

Mural de João Cutileiro.
Estação do Metro – Marquês de Pombal
Imagem cedida pelo Metropolitano de Lisboa.

mercado de rua, onde se vende roupa e calçado. O crescimento demográfico, a evolução da cidade e dos arredores, o tráfego intenso provoca, porém, de uma forma quase natural, a mudança dos vendedores ambulantes para outros locais na cidade.

Em 1957 começaram as obras do metro. Uma estação importante visto que, constituindo um entroncamento de dois ramos do Y permite o acesso a dois grandes bairros: Sete Rios e Entre Campos. Trata-se, à época, da única estação de correspondência da rede, o que reafirma, mais uma vez, a centralidade deste espaço urbano. É a cidade moderna, cosmopolita e europeia que se impõe. Perdida no tempo ficou a imagem das juntas de bois aplanando o terreno para as primeiras obras da praça.

O desenvolvimento urbanístico de Lisboa levaria a uma alteração estrutural desta estação e, implicitamente, a toda uma decoração interior que cada vez mais se aproxima do Marquês de Pombal. A primeira decoração, da responsabili-

dade de Maria Keil, consistia em azulejos de padrão geométrico, em dois tons de verde e azul, simbolizando uma espécie de esfera armilar.

Maria Menez e João Cutileiro querem, em 1998, que a antiga Estação da Rotunda seja verdadeiramente a estação do Marquês. A pintora ilustra de forma cronológica o seu longo consulado. Simbolicamente, passa para a arte do azulejo a iconografia pensada por Francisco Santos no monumento do início do século. João Cutileiro, por sua vez, elege a exuberante cabeleira do Marquês como um símbolo facilmente reconhecível por todos. Nas suas esculturas o grande estadista, sempre de costas, tem na mão um rolo dos novos planos de Lisboa na mão.

Tempos diferentes e formas diferentes animam a praça, com o mesmo tema, com a mesma personagem. O início do século XX chamava as gentes à Rotunda atraídas pelo um monumento estupendo, deslumbrante na sua dimensão e nas suas alegorias. O século XXI, num suporte artístico diferente, descodifica nas paredes dos túneis do metro a história, a vida e a sempre enigmática e controversa figura do estadista.

No gaveto da Avenida e da Rua Braamcamp, uma pequena e elegante vivenda oitocentista albergou o Clube Militar Naval desde 1935. Fechou as suas portas em 1989, por imposição do proprietário e deu lugar a um edifício de escritórios. A Rua Braamcamp conserva ainda alguns dos edifícios do início do século XX que se tornaram ex-líbris da arquitectura moderna olisiponense, constituindo frentes de rua que, apesar da heterogeneidade, fazem parte de um conjunto urbano específico na cidade. Serviços e comércio concorrem na animação desta rua.

O Hotel Fénix e o Hotel Flórida, construídos na segunda metade do século XX impõem-se, ainda, como a nova arquitectura moderna da Praça. Dos edifícios iniciais e dos pequenos jardins já quase nada resta. A Praça moderniza-se, despreza a habitação e acolhe os serviços. Pequenos parques de estacionamento ocupam o local das árvores de outrora.

Das barricadas republicanas, das manifestações e das comemorações históricas, dos coretos e dos palanques, pouca memória ficou.

A Feira do Livro mudou-se da Avenida para o Parque Eduardo VII. Nas costas do Marquês, é um acontecimento que durante Maio e Junho permite um movimento desusado de gentes a horas tardias. Os acontecimentos culturais duram todo o mês: escritores e poetas acompanham as suas obras e desvendam os mistérios da escrita aos seus muitos leitores que acorrem à feira na intenção da compra mais em conta.

Depois da Feira do Livro, é a vez da noite das marchas na véspera de Santo António. Descem a Avenida, em festa, em dança e música, mas é da Praça que partem. O Marquês foi o primeiro a vê-las nos seus fatos de festa, elaborados em segredo durante o ano.[4] E esta figura séria, apesar da folia e da festa, cada vez mais desenvolve o carácter enigmático de guardião de uma cidade, de um povo e das suas tradições.

As filas das paragens de autocarro, distribuídas pelas diversas avenidas da Praça, desfazem-se com o cair da noite. O bulício e o barulho vão, a pouco e pouco, acalmando: as longas filas de automóveis para a auto-estrada dissolveram-se nas horas do jantar. Há, em Junho, tapetes de flores roxas na praça: foram caindo dos jacarandás que enfeitam as orlas do parque e o centro da avenida. No tempo do Marquês não havia nem láudanos nem jacarandás a animar de cor a correria dos dias.

Nem a luz que se acende ao lusco-fusco permitindo que o mistério se adense na neblina do tempo.

1 Inês Viegas e Miguel Gomes, (dir.) *Do Passeio à Avenida, os Originais do Arquivo Municipal de Lisboa*, CML, Departamento de Património Cultural, Divisão de Arquivos, Lisboa, s/d, p. 71.

2 Norberto Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parc. A.M.P, s/d, Livro 14, p. 47.

3 *Idem, ib.*, p. 49.

4 Francisco Santana e Eduardo Sucena, (dir.) *Dicionário de História de Lisboa*, Mem Martins, Carlos Quintas Assoc., 1994, p. 284.